



Nobel: ricos aumentam protecionismo

Prêmio Nobel de Economia de 2001, Joseph Stiglitz afirma no Senado que protecionismo dos países ricos vem aumentando nos últimos anos e "a situação ainda pode piorar"

Página 8



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.771 - Brasília, quinta-feira, 28 de agosto de 2003

Senado aprova crédito barato para os pobres

Projeto enviado à sanção presidencial deve, segundo o governo, beneficiar 25 milhões de brasileiros. Valor máximo de crédito por cliente é de R\$ 1 mil, a juros de 2% ao mês



Gerardo Magela



Roosevelt Pinheiro

DECISÕES Na sessão presidida por Sarney, senadores também aprovaram autorização para o Banco do Brasil atuar em consórcios de bens duráveis para população de baixa renda

Página 3

Fusão de Varig e TAM pode ter ajuda do BNDES

A aviação civil constitui bem público e deve merecer tratamento diferenciado do Estado. A afirmação foi feita pelo vice-presidente do BNDES, Darc Antônio da Luz Costa, em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Página 6

REFORMA TRIBUTÁRIA

Começa o debate com governadores

Eduardo Braga (D), do Amazonas, cobra repasse dos recursos do Fundef

Página 5



José Cruz

CPI recebe documentos nos EUA

Procuradoria de Justiça de Manhattan coloca à disposição dos parlamentares 270 caixas com toda movimentação da agência do Banestado em Nova York. Antero Paes de Barros destaca cooperação das autoridades norte-americanas.

Página 3

Maguito faz homenagem a Duque de Caxias

Maguito Vilela (PMDB-GO), lembrando sua condição de ex-soldado do Batalhão da Guarda Presidencial, prestou homenagem ao bi-



Maguito destacou legado de Caxias aos brasileiros

centenário de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. O parlamentar leu em Plenário discurso do comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, que considera Caxias "um eterno modelo de virtudes para todos os cidadãos, não importa a cor da pele ou a profissão".

Fátima anuncia novo Conselho da Mulher

Fátima Cleide (PT-RO) informou que tomaram posse ontem, no Palácio do Planalto, as integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, frisando que as representantes sempre



Integrantes têm tradição de lutas, lembra Fátima

pautaram sua vida pública em defesa da mulher.

Em seu discurso, Fátima anunciou a presença, no Plenário do

Senado, do governador de Rondônia, Ivo Cassol, acompanhado de parlamentares do estado e do ex-senador Chico Sartori.

Agenda

Normas para o setor farmacêutico

Em exame pelos senadores na sessão de hoje, às 14h30, o Projeto de Lei de Conversão nº 23/2003, que define normas para o setor farmacêutico e cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Só com a votação desse projeto é que os outros itens da pauta poderão ser examinados pelos senadores.



José Cruz

Contrapartida ambiental na venda de pneus

Presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a Comissão de Assuntos Sociais se reúne hoje, às 10h, para examinar o Requerimento nº 37/03 solicitando a realização de audiência

pública para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 216/03, que trata da contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil.



Divulgação

Sarney recebe governador de estado mexicano

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h30, o governador do estado de Michoacan (México), Lázaro Cardenas; às 12h30, Liu Hongcai, vice-ministro do Departamento

Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China. À tarde, Sarney dirige a ordem do dia, em Plenário, e recebe, às 17h30, o ministro do Planejamento, Guido Mantega.

Comissão pode convidar autoridades para explicar acidente

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve ouvir autoridades nacionais sobre as circunstâncias do acidente ocorrido na Base de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. O Requerimento nº 28/03



Divulgação

solicitando o comparecimento do ministro da Defesa, José Viegas Filho, e do presidente da Comissão de Investigações, coronel Antônio Carlos Cerri, deve ser votado na reunião de hoje, às 10h.

CAE vota indicação para Tribunal de Contas

Para examinar o Projeto de Decreto Legislativo nº 527/03, indicando Luiz Otávio Oliveira Campos para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), a Comissão de Assuntos Econômicos se reúne hoje, às 10h. A votação será secreta. A CAE é presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).



Célio Azevedo

Créditos suplementares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne às 10h para examinar projetos que abrem, nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e Investimento, créditos suplementares em favor de órgãos do Executivo. Também serão examinados avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias em obras públicas.

CPI da Exploração Sexual

Integrantes da comissão parlamentar de inquérito que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes fazem diligência hoje em Porto Ferreira, interior de São Paulo, para ouvir o delegado Mauricio Sponton, o promotor Cássio Conserino e a juíza Suely Juarez Alonso.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Papaléo quer reduzir acidente de trabalho

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu ontem que as campanhas de prevenção a acidentes de trabalho sejam intensificadas e recomendou ação conjunta de governo e sociedade. Ele também considera fundamental o aumento do número de fiscais, que hoje é de 3 mil, para que a ação preventiva, legislação seja cumprida.



José Cruz

Os acidentes de trabalho em nosso país fazem mais vítimas do que acidentes de trânsito ou a temível Aids - afirmou. O senador admitiu que essas ocorrências foram reduzidas nos últimos anos, por força de amplas campanhas de prevenção e de uma crescente conscientização da sociedade, particularmente no âmbito das empresas mais bem estruturadas. Porém, ele considera que os números ainda são muito elevados.

Ana Júlia apóia presidente do Payssandu

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) protestou contra a ameaça pública do presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), Luiz Sérgio Zveiter, de suspender o Payssandu Sport Clube do Campeonato Brasileiro de Futebol. A ameaça foi feita após decisão judicial que favoreceu o presidente do clube, deputado estadual Arthur Tourinho, que obteve liminar na Justiça suspendendo punição determinada pelo mesmo STJD contra ele.



José Cruz

Ana Júlia explicou que o STJD suspendeu o presidente do Payssandu porque ele teria ofendido diretores da Federação Paraense de Futebol. Ela explicou que Arthur Tourinho obteve liminar judicial recorrendo a um direito assegurado a todos pela Constituição.

ACIDENTE EM ALCÂNTARA

Audiência pública discutirá programa espacial brasileiro

O programa espacial brasileiro será debatido na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Requerimento do senador Gerson Camata (PMDB-ES) para realização de audiência pública com os ministros da Defesa, José Viegas Filho, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, e com o presidente da Agência Espacial Brasileira, Luiz Bevilacqua, foi aprovado ontem pela comissão.

– A opinião pública precisa saber o que se quer com esse programa espacial, quanto

está custando aos cofres públicos, quanto poderá render. Porque satélites de comunicações se pagam rapidamente, podem ser alugados para outros países e podem se tornar uma fonte altamente lucrativa – justificou Camata.

O presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), considerou a iniciativa de Camata muito oportuna em função do debate suscitado após o acidente na Base de Alcântara, que causou a morte de 21 técnicos.



Camata: opinião pública tem o direito de saber

Suassuna defende a aprovação rápida do Acordo Brasil-Ucrânia

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo ontem para que o Acordo de Cooperação Tecnológica Brasil-Ucrânia seja aprovado com rapidez pelo Congresso Nacional. A cooperação permitirá o lançamento conjunto, na Base de Alcântara, do veículo lançador ucraniano Cyclone 4, referência mundial em termos de tecnologia e confiabilidade.

Suassuna afirmou que o Brasil fará enorme economia com

o acordo – por apenas US\$ 52 milhões será sócio do empreendimento –, enquanto a Ucrânia se beneficiará das condições excepcionais da Base de Alcântara, que permite uma economia de 30% nos gastos com combustível para lançamentos espaciais, devido à proximidade com a linha do Equador.

Os Estados Unidos cobram US\$ 500 milhões para lançar um satélite de outro país.



Suassuna lembra que país fará grande economia

Crivella elogia decisão do governo de indenizar famílias das vítimas

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) elogiou a disposição do presidente Lula de indenizar as famílias das vítimas da explosão em Alcântara. Ele considerou um alento a promessa do governo brasileiro de oferecer bolsas de estudos aos filhos dos funcionários do Centro de Tecnologia Aeroespacial (CTA) mortos no acidente.

Embora reconheça que “nada do que vier a ser feito poderá minimizar a dor dos filhos órfãos”, Crivella considera importante que o

governo se empenhe em assegurar educação de qualidade aos dependentes daqueles “que, no cumprimento do dever, sucumbiram à morte”.

Segundo o senador pelo Rio de Janeiro, as iniciativas devem ser viabilizadas com o envio de projeto de lei ao Congresso pelo Poder Executivo. O anúncio das medidas foi

feito pelo próprio presidente Lula, em meio a forte emoção, durante o velório das vítimas do acidente.



Crivella espera envio do projeto ao Congresso

Aprovadas medidas que ampliam acesso ao crédito

Clientes de baixa renda e microempresários poderão sacar até R\$ 1 mil com juros de apenas 2% ao mês

O Senado aprovou e enviou à sanção presidencial o projeto de lei de conversão (PLV nº 22) da Medida Provisória nº 122/2003, que dispõe sobre a aplicação, pelas instituições financeiras, de parcela dos recursos dos depósitos à vista em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. O valor máximo de crédito por cliente é de R\$ 1 mil, a juros de apenas 2% ao mês. A medida, conforme o governo, beneficiará cerca de 25 milhões de brasileiros.

O projeto também autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS), que visa criar e implementar núcleos que tornem acessível a moradia para segmentos populacionais de diversas faixas de renda. O programa ainda pretende universalizar e aumentar a eficiência dos serviços de saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações, gás, rodovias, sistemas de irrigação e drenagem, portos e transportes.



VANTAGEM Mercadante diz que os projetos vão estimular o crescimento da economia

Também foi aprovado pelo Plenário do Senado o projeto de lei de conversão (PLV nº 21) da MP nº 121/2003, que autoriza o Banco do Brasil a criar subsidiárias destinadas a atuar em microfinanças e consórcio para bens duráveis (geladeiras, fogões, televisores etc.) para a população de baixa renda, com dispensa da comprovação de renda, o que pode beneficiar inclusive desempregados ou pessoas do mercado informal (camelôs, por exemplo).

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), em defesa dos projetos, disse que o Brasil tem 1.667 municípios que não dispõem sequer de uma agência bancária. Acrescentou que a criação do banco múltiplo do Banco do Brasil é baseada na experiência bem-sucedida do Banco do Povo, de Bangladesh, e que os consórcios e

crédito para consumo até R\$ 1 mil vão estimular o crescimento da economia.

O relator do PLV nº 21, senador Hélio Costa (PMDB-MG), disse que se trata da instituição de um banco múltiplo do Banco do Brasil e uma administradora de consórcios com três finalidades principais: democratizar o acesso ao crédito; ampliar a oferta de crédito e estimular o crescimento econômico, com a incorporação ao consumo das camadas mais pobres da população; e reduzir as taxas de juros para o consumidor.

O relator do PLV nº 22, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), afirmou que a medida vai criar renda e emprego e, indiretamente, aumentar a arrecadação dos estados e ajustar as contas públicas.

Falaram em defesa dos projetos Eduardo Suplicy (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Pedro Simon (PMDB-RS), Renan Calheiros (PMDB-AL), Flávio Arns (PT-PR) e Sibá Machado (PT-AC).

Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) alertaram para o risco de inadiplência e ressaltaram as diferenças com o banco de Bangladesh. O líder do PFL, José Agripino (RN), salientou que concordava com o mérito, mas acredita que o correto seria um projeto de lei complementar.

CPI do Banestado recebe 270 caixas de documentos da Justiça americana

A Procuradoria de Justiça de Manhattan colocou 270 caixas de documentos com toda a movimentação bancária da agência do Banestado em Nova York à disposição dos deputados e senadores da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a evasão de divisas por meio de contas CC-5 e prometeu colaborar para rastrear no sistema bancário americano o destino do dinheiro originário de Foz do Iguaçu (PR). A disposição dos procuradores de Manhattan de ajudar na identificação dos beneficiários das remessas irregulares foi comemorada pelos parlamentares brasileiros.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-

MT), classificou a reunião dos integrantes da CPI com os procuradores como extraordinária, pois revelaram disposição de colaborar com as investigações sobre a evasão de divisas.

– Está sepultada, portanto, qualquer possibilidade de a CPI não ter acesso aos documentos. Quem tem motivos para tomar calmante pode consultar o médico desde já, e obter a receita – comentou.

Reunião

Hoje, os assessores da CPI que viajaram aos EUA terão a primeira reunião de trabalho com os procuradores americanos para analisar a documentação já recolhida e selecionar aquela de interesse para a continuidade das investigações.



CONFIANÇA Antero avalia que acesso aos documentos assegura o sucesso da CPI

Os integrantes da CPI regresarão ao país amanhã tendo em mãos parte dos registros da movimentação do Banestado de Nova York. O restante será trazido pelos assessores que deverão permanecer nos EUA.



ATÉ O FIM Patricia Saboya afirma que caso de Porto Ferreira não ficará impune

CPI acompanha denúncia de abuso sexual

A senadora Patricia Saboya (PPS-CE) informou que integrantes da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes estarão hoje na cidade paulista de Porto Ferreira para acompanhar o caso em que vereadores, empresários e comerciantes são acusados de abuso sexual de meninas.

– Não vamos deixar esse caso impune. Temos constatado que muitas situações envolvendo a participação de autoridades em crimes sexuais contra crianças e adolescentes acabam não tendo o desfecho necessário – afirmou a senadora, que é presidente da CPI.

Outro fato que está merecendo atenção da CPI, disse a senadora, ocorreu em Campo Grande (MS), onde dois vereadores foram acusados de abusar sexualmente de crianças e adolescentes. Patricia apelou aos partidos dos acusados para que ajam com rigor e não deixem que violações desse tipo manchem sua história.

Edição de obras em braile recebe elogios

A coordenadora da 10ª Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo (RS), professora Tânia Rösing, elogiou ontem as publicações do Senado. Tanto as obras em braile quanto os textos históricos e literários publicados pelo Conselho Editorial mereceram palavras de apoio da coordenadora.

– As publicações em braile democratizam o conhecimento aos deficientes visuais e precisam atingir todas as regiões brasileiras – afirmou Tânia, que é a idealizadora das Jornadas de Literatura de Passo Fundo.

Eleitores de Lula perdem a esperança, afirma Agripino

■ Líder do PFL cita pesquisa de avaliação do presidente e atribui frustração a erros do próprio governo

O líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou ontem que os eleitores do presidente Lula estão perdendo a esperança em relação ao seu governo. Ele citou como prova disso a pesquisa realizada pela Brasmarket e o jornal *O Estado de S. Paulo*, que a publicou domingo.

De acordo com a pesquisa, disse o senador, no quesito bom/ótimo houve queda, entre junho e agosto, de 16 pontos percentuais e, no quesito ruim/



ANÁLISE Segundo Agripino, bancada do PFL no Senado não vai aprovar reformas sem exame

péssimo, aumento de 13 pontos percentuais no período.

– Uma queda de 30 pontos percentuais em apenas dois meses na avaliação de um governo é uma coisa catastrófica,

Arthur Virgílio diz que governo é incompetente e politiza o Estado

Como prova de que “esse governo não governa e não demite”, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), citou ontem o caso do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, que segundo a imprensa se tornará uma espécie de “rainha da Inglaterra”. O comando da instituição ficará sob a responsabilidade do seu vice-presidente, Darc Antônio da Luz Costa, disse o senador.

– Se o senhor Carlos Lessa não resolveu, retirem-no. Mantê-lo, sabe-se lá por que pruridos, desmoralizando-o e a seu currículo de importante acadê-



CASO EXEMPLAR Para Virgílio, BNDES mostra que governo “não governa nem demite”

mico, significa, na verdade, compactuar com a incompetência, com a fisiologia e com

um fato para deixar qualquer um inquieto – afirmou.

Para o líder do PFL, a frustração do eleitor que votou no atual presidente foi causada por equívocos cometidos pelo próprio governo, como a utilização de critérios políticos para o preenchimento de cargos e o agravamento do desemprego.

Quanto às reformas propostas pelo governo do PT, José Agripino definiu-as como meramente “fiscalistas”.

– Quem imaginar que as propostas serão aprovadas como vierem da Câmara está enganado. Vamos nos debruçar sobre a contribuição dos inativos, o subteto, a idade compulsória para aposentadoria de magistrados aos 75 anos – assegurou.

o descaso para com o país – ressaltou.

O governo “que não governa e não demite”, afirmou Virgílio, é também o que “aparelha e politiza o Estado”, como seriam os casos do Instituto Nacional do Câncer (Inca), da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Para o líder do PSDB, o governo se comporta de maneira incompetente em termos administrativos, “a par de extravagâncias como a de conceder US\$ 1 bilhão do BNDES para a economia da Venezuela se movimentar”.



RUMO Ramez Tebet diz que retomada da normalidade exige o cumprimento da lei

Tebet: MS vive clima de insegurança

Em nome do PMDB, o senador Ramez Tebet (MS) dirigiu apelo aos governos federal e de Mato Grosso do Sul por providências urgentes contra o clima de intranquilidade no estado. Ele relatou que 15 mil sem-terra estão acampados à espera dos assentamentos da reforma agrária e que, na cidade de Sidrolândia, índios terenas invadiram uma fazenda, mantendo como refém o proprietário. A esse quadro soma-se a ameaça de armamento dos fazendeiros, acrescentou.

Tebet frisou que o estado está sitiado e em clima de expectativa, e pediu medidas que evitem uma conflagração e consequente derramamento de sangue. Ele disse ter informado da situação o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que manifestou preocupação. Tebet sugeriu ao ministro alguns interlocutores que poderiam atuar na busca de soluções para o problema e enfatizou que a retomada da normalidade em Mato Grosso do Sul exige o cumprimento da lei.

Osmar prepara audiência da CE sobre cultura

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), anunciou a inclusão de representantes do Fórum Nacional de Secretários de Educação e Cultura na primeira audiência pública que a comissão realizará para discutir o impacto da reforma tributária na área da cultura.

Osmar recebeu em seu gabinete o presidente do fórum, Silvio Nucci (MS), os secretários Joel Nascimento (AP) e Vera Mussi (PR) e o assessor parlamentar do Ministério da Cultura, Carlos Eduardo Araújo.



BENEFÍCIO Tião Viana informa que mães de crianças de creches devem receber bolsa-escola

Tião Viana anuncia R\$ 40 milhões para creches públicas e filantrópicas

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), anunciou que o governo federal está aplicando R\$ 40 milhões para apoio às 18 mil creches da rede pública e filantrópica, garantindo assistência alimentar a dezenas de milhares de crianças carentes em todo o país.

– Fico magoado e ofendido quando ouço uma crítica como a do líder do PFL, que acusou o governo de não ter feito rigorosamente nada na área da educação, como ouvi há pouco no Plenário – disse Tião Viana.

Segundo o líder do PT, o governo está cuidando agora de garantir bolsa-escola para as mães dessas crianças de creches públicas e filantrópicas, para proporcionar também renda familiar e garantir a permanência das crianças nas instituições.

– Os governos anteriores foram relapsos em relação às crianças carentes, e antes do governo Lula estavam sendo destinados apenas R\$ 0,06 por criança pobre, o que é irrisório – destacou Tião Viana.

Jereissati cobra fim da dependência de estados

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) declarou ontem que não é possível falar em reforma tributária sem antes discutir um novo pacto federativo, para acabar – ou pelo menos diminuir – a extrema dependência de estados e municípios em relação à União. Como o Senado representa os estados, é o lugar certo para discutir esse novo pacto, afirmou.

Segundo Jereissati, a proposta do governo nem sequer mascara a verdadeira intenção do governo, que é obter a transformação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em imposto permanente, e prorrogar a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2007. “O resto é mera figuração”, destacou.

Ele afirmou que a reforma tributária, caso seja aprovada conforme o projeto em tramitação, trará grande frustração para a sociedade brasileira, que espera a retomada do crescimento e a geração de empregos, fatos que não ocorrerão.

Objetivos

Para Jereissati, o projeto passa ao largo dos grandes objetivos de uma reforma tributária: não haverá a desoneração da produção, nem sequer das exportações; não haverá simplificação do sistema de impostos, com um número menor de impostos e taxas; tampouco haverá diminuição da carga tributária. Ao contrário, tudo indica que o contribuinte e o empresário pagarão mais impostos, alertou.

Segundo o senador, os estados continuarão a precisar da bengala do governo federal, enquanto os municípios permanecerão falidos, com os prefeitos fazendo “um turismo especial e constante” até



EXPECTATIVA Sociedade aguarda retomada do crescimento, afirma Jereissati

Brasília, avaliou.

“Chicote”

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que os governadores estão frustrados, porque foram convocados para elaborar um texto de reforma e agora estão se sentindo logoçados, diante de uma proposta que aumenta impostos. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) observou que o governo federal “não quer abrir mão de continuar com o chicote na mão, exigindo obediência dos demais entes federativos”.

Os senadores César Borges (PFL-BA), Garibaldi Alves (PMDB-RN), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marco Maciel (PFL-PE), Patrícia Saboya (PPS-CE) e Efraim Moraes (PFL-PB) manifestaram sua insatisfação diante da proposta de reforma tributária.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a proposta é “canhestra, pequena e taca-nha”. Segundo o líder do PFL, José Agripino (RN), trata-se de “uma visão míope de recompor as finanças da União, sem se preocupar com a redefinição do pacto federativo”.

Governador: suspensão de repasses agrava crise

União retém recursos do Fundef e Amazonas já acumula crédito de R\$ 250 milhões, diz Eduardo Braga

O primeiro governador a ser ouvido pela Subcomissão da Dívida Pública, o amazonense Eduardo Braga (PPS), informou que o governo federal não tem repassado os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), agravando o en-

dividimento público de várias unidades da Federação. Os créditos acumulados pelo Amazonas, segundo Braga, chegam a R\$ 250 milhões e estão sendo questionados pelo estado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O governador explicou que o déficit provocado pela falta de recursos federais do Fundef tem sido compensado com receita própria do caixa do governo estadual, o que vem acarretando uma redução ainda mais grave na capacidade de investimento do estado. Ele apontou ainda as distorções provocadas

pelos critérios de distribuição de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Eduardo Braga comparou os R\$ 40,25 *per capita* recebidos pelo Amazonas com os R\$ 73 distribuídos por habitante do Rio de Janeiro. Em função dessa distorção, o governo estadual aplicou no primeiro semestre 27% dos seus recursos próprios na área da saúde, conforme o governador. Ele disse ainda que o Amazonas fez um “brutal enxugamento” de gastos no primeiro trimestre para não descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.



BUSCA DE SOLUÇÃO Eduardo Braga (C) é recebido pelos senadores Ney Suassuna e César Borges

Reforma tributária “pode quebrar” Amazonas

O governador Eduardo Braga pediu ontem que o Senado analise muito bem o princípio social da carga tributária. Conforme disse, do jeito como está proposta no relatório do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), a tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no destino provocará uma perda de receita líquida para o Amazo-

nas de 54%. “Isso quebra o estado”, alertou o governador na audiência na Subcomissão da Dívida Pública, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Eduardo Braga manifestou aos senadores César Borges (PFL-BA), que preside a subcomissão, e ao relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), sua expectativa de que o texto da

reforma tributária seja aperfeiçoado no Senado. Um dos pontos questionados por ele é o fundo de compensação aos estados exportadores.

Em resposta a João Batista Motta (PPS-ES), o governador afirmou que, qualquer que seja a desoneração adotada para estimular as exportações, precisa haver uma compensação simultânea aos estados.

Senadores buscam subsídios para lei de extração mineral

Os integrantes da Subcomissão de Extração Mineral, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), vão a Minas Gerais e ao Amapá para conversar com autoridades locais, representantes da comunidade e das mineradoras e averiguar as condições da exploração de minério nesses estados. A viagem para Minas Gerais será realizada nos dias 18 e 19 de setembro, tendo à

frente a presidente da subcomissão, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) – *foto*. Os senadores visitarão em Minas Gerais as cidades de Itabira e Araxá. O objetivo é colher subsídios para propor mudanças na legislação que trata do setor de mineração no país, pois o colegiado foi formado para estudar e propor medidas de apoio aos estados que produzem minério. No dia 3 de outubro, os integrantes da

subcomissão viajam para a Serra do Navio, no Amapá. Há uma mina no local que já não funciona, mas os parlamentares vão ver de perto as consequências ambientais e sociais da exploração de minério naquela região. Os senadores decidiram ontem convidar para audiências públicas representantes das universidades brasileiras para falar sobre a exploração de minério no país.



Roosevelt Pinheiro

José Cruz

Fotos: José Cruz



DISCUSSÃO Audiência pública na CAS mobiliza senadores, governo e especialistas na busca de uma solução para crise no setor aéreo nacional

BNDES admite apoiar, sem imposições, a fusão Varig-TAM

■ Vice-presidente diz que compromisso do banco estatal é com setor aéreo, e não com as empresas

O compromisso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é com o setor aéreo nacional e não com as empresas de aviação, disse o vice-presidente do

banco, Darc Antônio da Luz Costa, em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre a proposta de fusão das empresas Varig e TAM. Ele afirmou que a aviação civil é um bem público e que, por isso, deve merecer tratamento diferenciado do Estado.

Darc Costa deixou claro que o BNDES não recebeu, até agora, nenhum pleito oficial das duas empresas relativo à fusão,

mas reconheceu que a aviação comercial é um instrumento de defesa nacional e que o banco "está aberto à cooperação e não à imposição", desde que sejam colocados sobre a mesa, em primeiro lugar, os interesses nacionais.

Para o representante do Ministério da Defesa, Alex Castaldi Romera, a fusão entre a Varig e a TAM é a melhor alternativa para salvar da falência a Varig. Mas admitiu que, apesar de o

governo acompanhar com "apreensão" a possível fusão, "não vai interferir por se tratar de uma questão empresarial".

Castaldi reconheceu que o setor da aviação está em crise e atribuiu o problema a três principais fatores: retração do mercado, alto preço do querosene e a pesada carga tributária que vem onerando as companhias aéreas. Ele pediu, ainda, a urgente criação de uma política de aviação civil.

Senadores temem prejuízos para os trabalhadores

Autor, juntamente com a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), do requerimento para realização da audiência pública sobre o setor de aviação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Paulo Paim (PT-RS) mostrou-se ontem apreensivo com a possível fusão das empresas Varig e TAM. Ele entende que o fim da Varig poderá trazer sérios prejuízos para os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas da companhia.

Durante a audiência pública na comissão, Paulo Paim quis

saber se o governo em algum momento teve a intenção de intervir na Varig. Em resposta, Alex Castaldi, representante do Ministério da Defesa, garantiu que não há essa intenção. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou do governo a adoção de uma "decisão política" para salvar a Varig, considerada por ele como uma empresa padrão.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que o processo em andamento tende mais para uma incorporação do que uma operação de fusão,

ao lembrar que caberá à Varig apenas 5% de toda a futura empresa. O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse ser necessário se promoverem esforços para preservar a Varig e destacou a "confiança e o prestígio" da empresa entre os passageiros.

O senador Aelton Freitas (PL-MG) lembrou que o mercado está em retração, registrando mês a mês constante queda na venda de passagens aéreas.

Por sua vez, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse não entender como uma empresa

de maior porte, como a Varig, está sendo incorporada por uma menor, como a TAM. Por isso, defendeu a concessão de subsídios oficiais para o setor aéreo.

Já o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) denunciou o que chamou de "marketing nefasto" contra uma das mais tradicionais empresas de aviação em operação no país, que é a Varig. Ele propôs que o governo saia em defesa dessa companhia aérea, cujo grupo econômico, informou, fatura cerca de R\$ 7,5 bilhões por ano.



PREOCUPAÇÃO Durante os debates, senadores manifestaram preocupação com a situação dos funcionários da Varig a partir da fusão

Economistas acreditam que união é viável

O coordenador dos estudos sobre a fusão, ligado aos trabalhadores das duas empresas, Paulo Rabello, sugeriu que, em um prazo de 24 a 48 meses, a Varig tenha o que qualificou de "governança interina", por meio de uma gestão profissional e competente. Ele também sugeriu a participação dos trabalhadores na gestão não somente da Varig, mas de todas as empresas de aviação.

O economista Luciano Coutinho, coordenador da proposta de união das duas empresas, disse estar convencido que a fusão é viável e que a nova empresa nasceria fortalecida e saudável, de modo a ter, inclusive, expressiva participação no mercado externo.

Para ele, a fusão representa "a salvação da Varig" e, do ponto de vista dos trabalhadores, o projeto de fusão prevê tratamento correto e negociado dos direitos trabalhistas, com a contratação de uma empresa especializada para definir a estrutura da nova companhia e seus planos de cargos e salários, mantendo o critério de proporcionalidade dos grupos Varig e TAM.

Valadares quer funcionários na negociação

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lastimou que a maior empresa aérea do país esteja em situação falimentar e pediu que os funcionários da Varig não fiquem de fora nas negociações envolvendo a possível fusão.

O senador César Borges (PFL-BA) isentou de culpa o atual governo na possível quebra da Varig, mas cobrou do presidente Lula providências no sentido de socorrer a empresa, já que, notou, o setor aéreo comercial é estratégico para o país.

Para o senador Paulo Octávio (PFL-DF), as altas taxas aeroportuárias também ajudam a inviabilizar as companhias aéreas, bem como as cargas tributárias. Ele lembrou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) está prestes a julgar uma ação envolvendo o governo federal e a Varig, que poderá dar ganho de causa à companhia de cerca de R\$ 3 bilhões.



Fotos: Waldemir Rodrigues

DISCUSSÃO Edison Lobão (C) ouve exposições de Vantuil Abdala e Carlos Cezar de Andrade sobre proposta de mudança na Justiça

TST quer logo a votação da reforma do Judiciário

A rápida aprovação da proposta de reforma do Judiciário, mesmo que de maneira fatiada, foi defendida ontem pelo ministro Vantuil Abdala, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), durante audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele disse que a Justiça trabalhista é favorável à aprovação dos pontos da reforma que representam consenso entre os membros dos três Poderes.

O ministro se manifestou a favor da obrigatoriedade de três anos de experiência na advocacia como pré-requisito para ingresso na magistratura. Ele defendeu também a necessidade de os juízes frequentarem cursos para poder concorrer a promoções e à condição de vitaliciedade nos cargos.

Vantuil Abdala afirmou que

os juízes trabalhistas não são contra a instituição de órgão de controle externo do Judiciário. Mas sugeriu, respondendo a intervenção do relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), a criação de um Conselho Nacional de Justiça do Trabalho com poder disciplinar. Ele concordou com dispositivo da proposta que autoriza a formação de varas itinerantes, já existentes na prática. Essas varas, explicou, atuam contra a exploração do trabalho infantil e de indígenas.

Em resposta ao presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), o ministro desaconselhou a adoção da súmula impeditiva de recursos, porque, segundo argumentou, esse instrumento não acabaria com o grande número de processos judiciais.

Almirante defende a Justiça Militar

O presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Carlos Eduardo Cezar de Andrade, defendeu, na audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a manutenção da Justiça Militar e das estruturas dessa instância. O almirante-de-esquadra disse que a existência das Forças Armadas legítima a presença da Justiça Militar.

– A Justiça Militar brasileira é uma das mais avançadas do

mundo e tem características que lhe conferem singular valor, à medida que, além de compor o Judiciário, conjuga, de modo único, a experiência da farda com os conhecimentos jurídicos da toga.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a maneira como o presidente do STM e o ministro do TST se manifestaram em relação à possibilidade de extinção das Justiças Militar e trabalhista no âmbito da reforma do Judiciário.

CCJ aprova mudanças no fundo de segurança

■ Substitutivo da Câmara aprimora instrumento proposto pela Comissão Mista de Segurança Pública

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) favorável a substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 108/02, que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública. O relator acolheu todas as modificações propostas pela Câmara, reconhecendo que elas aprimoram amplamente a idéia original da Comissão Mista Especial de Segurança Pública, que sugeriu a criação do fundo.

Entre as mudanças recomendadas está a de que os projetos



QUALIFICAÇÃO Demostenes Torres incluiu emenda de redação sobre treinamento

apoiados pelo fundo devem estar enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do governo federal e incluir a instituição de sistemas de informações, de inteligência e investigação, bem como de estatísticas policiais.

Outra modificação determi-

na prioridade para o estado que se comprometer com a obtenção de resultados, como a redução da criminalidade e da violência urbana. Os estados beneficiados com o fundo terão que prestar contas sobre os recursos e o desempenho de suas ações a um conselho gestor do fundo e à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O substitutivo da Câmara, que ainda depende de votação no Plenário do Senado, determina ainda que os recursos do fundo poderão ser aplicados diretamente pela União ou repassados mediante convênios ou acordos. O relator, senador Demostenes Torres, incluiu apenas uma emenda de redação tratando do reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, bombeiros militares e guardas municipais.

Negociação dos acordos comerciais deve ser acompanhada pelo Congresso

As negociações comerciais do governo brasileiro com outros países, em caráter bilateral ou multilateral, serão acompanhadas e decididas em conjunto com o Congresso Nacional, antes de qualquer assinatura definitiva. É o que determina projeto (PLS nº189/2003) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que recebeu ontem parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com Suplicy, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, apóia a idéia, desde que não existam cláusulas que limitem ou impeçam as negociações.

A lei estabelece que cabe ao Poder Executivo a prerrogativa

de negociar os tratados comerciais e ao Congresso referendar ou não as decisões. Conforme Simon ressaltou em seu parecer, o referendo de tratados, no entanto, é incompatível com a apresentação de emendas parlamentares, apesar de haver a possibilidade de sugerir reservas em tratados multilaterais.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sugeriu – e Suplicy e Simon aceitaram – a inclusão da obrigatoriedade de o Executivo consultar previamente o Congresso antes de firmar qualquer compromisso comercial com outros países. A mudança deverá ser feita nas próximas etapas de tramitação da matéria, que passará ainda pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e pela Comissão de As-

suntos Econômicos (CAE).

Procuradoria

A CCJ também acolheu por unanimidade substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 39/2001, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que cria procuradorias no Senado, na Câmara dos Deputados e nos Tribunais de Contas da União e dos estados. A proposta, que define as procuradorias como as representantes judiciais desses órgãos, ainda depende de votação no Plenário do Senado e na Câmara.

Suassuna havia proposto apenas a criação da Procuradoria do Tribunal de Contas da União. O substitutivo de Jefferson Péres ampliou o alcance da proposição.

Estímulo para irrigação no Nordeste pode ser prorrogado

Foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a prorrogação, por 15 anos, do dispositivo constitucional transitório que trata da aplicação de recursos da União em programas de irrigação das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 48/2003, a União

continuará obrigada a aplicar, do total de recursos para irrigação, 20% no Centro-Oeste e 50% no Nordeste, preferencialmente no semi-árido. A PEC de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que recebeu parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), vai agora ao Plenário.

Antonio Carlos argumenta que os

empreendimentos na área de recursos hídricos têm período de maturação relativamente longo, oscilando entre dois e sete anos para projetos de porte médio, e chegando, nos casos de projetos de grande vulto, a ultrapassar dez anos. Para ele, o grande número de projetos existentes no Nordeste e a importância da agricultura irrigada justi-

ficam a prorrogação do prazo de vigência da regra.

Em seu parecer, João Alberto Souza considera que “o interesse público exige que o investimento de anos não se perca por força da paralisação de obras. A prorrogação do prazo, segundo o relator, é de inegável importância. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou a proposta.



BENEFÍCIO Proposta de Antonio Carlos Magalhães também inclui Centro-Oeste

Nobel de Economia diz que protecionismo pode piorar

■ Stiglitz critica política dos EUA, que, segundo ele, têm uma lei para o mercado interno e outra para o mundo

O economista Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia de 2001 e ex-vice-presidente do Banco Mundial, disse em exposição no Senado que, apesar das negociações, o protecionismo dos países ricos vem aumentando nos últimos anos e "a situação ainda pode piorar". Ele fez severas críticas à política norte-americana na área de comércio, ponderando que os Estados Unidos adotaram duas

leis sobre o assunto: uma válida para o mercado interno e outra para o resto do mundo.

– Se as leis *antidumping* que os Estados Unidos defendem no mercado internacional fossem aplicadas efetivamente em seu território, 80% de suas empresas poderiam falir – frisou.

Stiglitz falou durante reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE), presididas pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ramez Tebet (PMDB-MS). A reunião foi aberta por Tebet e conduzida por Suplicy, autor do requerimento para a audiência com o economista, ex-chefe do Conselho de Con-

sultores do governo Bill Clinton e atualmente professor da Universidade de Colúmbia (EUA).

Stiglitz é autor do livro *Globalização e seus Malefícios*, no qual critica o Fundo Monetário Internacional (FMI) pela imposição de políticas monetárias aos países aos quais empresta dinheiro sem se preocupar com as repercussões sociais de suas exigências.

Participaram da audiência pública, a convite das comissões, os economistas Albert Fishlow, diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Colúmbia, e Giovanni Dosi, professor da Escola de Estudos Avançados Sant'Anna, de Pisa, Itália.



Marcia Kollme

QUESTÕES Tourinho indagou como conciliar privatização e interesse dos pobres. Saturnino abordou riscos da Alca para a América Latina

Privatização e acordos de livre comércio preocupam

A maior preocupação dos senadores que questionaram o economista Joseph Stiglitz girou em torno de privatização de serviços públicos e acordos de livre comércio entre os países. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) perguntou "como conciliar privatização e interesse das populações pobres", observando que o Brasil privatizou parte da área de energia elétrica sem contar com "uma regulação consistente e clara".

– Essa conciliação passa pelas normas que os estados têm de definir para as áreas privatizadas. O mercado tem papel importante, mas os governos também. O Estado é o juiz e deve fixar regras de interesse dos dois lados – respondeu Stiglitz.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que acordos de livre comércio entre países tendem a manter forte o integrante mais rico, e esse é o drama

que a América Latina enfrenta na negociação para criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Stiglitz disse que, no caso da Alca, um acordo só será justo se beneficiar o Brasil e seus vizinhos.

Eduardo Suplicy quis conhecer as idéias do Prêmio Nobel sobre a liberdade de movimentação de pessoas, e não apenas de capitais, nos acordos de livre comércio. O economista explicou que esse será um ponto de difícil aceitação pelos países ricos, que querem livre movimentação de capitais, mas sem a entrada de trabalhadores dos países pobres.

Tião Viana (PT-AC) perguntou sobre propriedade intelectual e biotecnologia, e ouviu de Stiglitz que os países com partes da floresta amazônica devem exigir compensação pelo uso de descobertas baseadas em seus recursos naturais.



Marcia Kollme

BARREIRAS Stiglitz (ao lado de Suplicy) aponta aumento do protecionismo dos países ricos

Saturnino elogia esforço de Lula pela integração

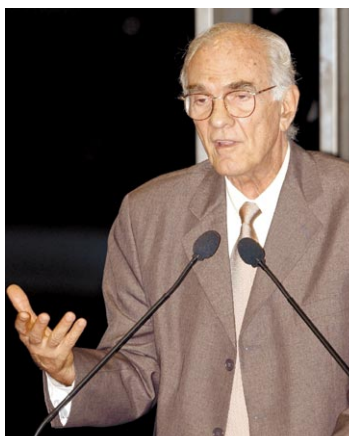
O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou a preocupação do presidente Lula de priorizar a integração dos países da América do Sul antes de viabilizar a inserção do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Ele destacou o empenho do governo em investir na integração do próprio país, atuando para reduzir o fosso econômico, social e cultural entre os cidadãos.

– Pela primeira vez, o governo brasileiro toma a atitude explícita de enfrentar essas disparidades e desigualdades – afirmou, observando que a visão

de desenvolvimento de Lula "é pioneira no mundo".

Saturnino considera a equalização no desenvolvimento do país e da América do Sul quase como um pré-requisito à adesão ao processo de integração continental.

– Mesmo que houvesse uma atitude generosa dos Estados Unidos, concordando em reduzir subsídios agrícolas, as barreiras não-tarifárias e o livre fluxo de capital, o próprio esquema de livre comércio acabaria perpetuando a situação de desigualdade no momento da integração – ponderou.



Roosevelt Pinheiro

EMPENHO Para Saturnino, visão de desenvolvimento de Lula "é pioneira no mundo"

Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) consideraram pertinentes as preocupações levantadas por Saturnino.

José Jorge critica nomeação por critério político

O senador José Jorge (PFL-PE) protestou contra "critérios políticos de nomeação" do governo, que, a seu ver, resultaram na crise do Instituto Nacional do Câncer (Inca). Segundo ele, em poucos meses o Inca passou de centro de excelência no combate ao câncer a instituição em estado falimentar.

José Jorge apresentou projeto de decreto legislativo (PDS nº 526/03) para anular decreto do governo Lula pelo qual foi possível nomear pessoas para cargos da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) por critéri-



Roosevelt Pinheiro

REAÇÃO José Jorge propõe anular decreto que permitiu nomeações políticas na Funasa

os políticos, sem atender a exigência de pertencer ao quadro de funcionários do órgão ou ter competência comprovada para o cargo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior e Efraim Morais